

A AVENTURA DA GUERRA NO PORTUGAL MEDIEVAL¹

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO²

A arquitectura do texto que seguidamente vão ouvir assenta numa conversa entre três personagens que, na realidade, nunca existiram. Mas podiam ter existido. Com efeito, todas as informações que trataremos de fornecer a seu respeito (nome, profissão, actividade, condição social e militar, etc.) são historicamente plausíveis e servem para sustentar de uma forma literária mais sugestiva a ambiência político-militar no Portugal das vésperas da decisiva batalha de Aljubarrota, ferida numa 2.ª feira, dia 14 de Agosto de 1385, véspera de dia santo.

Com isto, pretendemos surpreender o quotidiano dos homens de guerra, em pleno exercício de funções. Numa época em que não existiam exércitos permanentes, não existiam também casernas ou quartéis, quadros ou carreiras militares bem definidos. Existiam, isso sim, era campanhas sazonais, mais ou menos bem preparadas, defensivas ou ofensivas, locais ou 'nacionais'. Vamos recordar uma das mais importantes, e, a pretexto dela, lembrar os homens que a fizeram e o respectivo quotidiano: a maneira como eram recrutados, a forma como se organizavam, os cuidados de que se rodeavam, as esperanças que os animavam, os modelos literários que inspiravam a sua conduta, a arte com que se dispunham no terreno, as regras que regiam os seus combates, enfim, as descargas de ódios, de medos, de superstições e de devoções religiosas que sempre acompanhavam estes momentos, decisivos para quem tinha a ventura (ou a desventura) de deles ser protagonista. Em poucos dias, em poucas horas, às vezes em poucos minutos, jogava-se a sorte de muita gente e de muitas causas. Esporádicas (no contexto da guerra medieval), as batalhas campais eram, por isso, momentos especialmente mágicos. Elas configuravam o clímax da aventura da guerra, essa aventura que

1 Comunicação apresentada no II Colóquio Histórico "Memórias do Quotidiano em História", Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, Viseu, 20 de Abril de 1999.

2 Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

encheu as histórias de vida de tantos dos nossos antepassados dos finais da Idade Média.

12 de Agosto de 1385. Após deixar Tomar e Ourém para trás, o exército anglo-português que sustentava a causa de D. João Mestre de Avis, recém-aclamado em cortes como o 10.º rei de Portugal, chegou finalmente a Porto de Mós. Nesse mesmo dia, o exército castelhano, que havia cerca de um mês entrara de novo em Portugal (por Almeida), disposto a uma vingança chinesa do malogrado cerco do ano anterior a Lisboa, deve ter alcançado Leiria. Desta forma, naquela noite de sábado os dois exércitos reais inimigos ficavam apenas separados por cerca de 20 Km. itinerários. O suficiente para tornar pouco menos do que inevitável um confronto que portugueses e ingleses procuravam a todo o custo precipitar (movimentando-se progressivamente de Abrantes para leste, como forma de interceptar a coluna castelhana e evitar assim que esta alcançasse Santarém e Lisboa, objectivo estratégico da marcha de D. Juan I), mas ao qual os castelhanos e os seus auxiliares franceses parece terem procurado furtar-se o mais possível (desviando a sua rota mais e mais para o litoral).

Nestas circunstâncias, na noite de 12 de Agosto o ambiente no arraial português assentado em Porto de Mós era seguramente de muita ansiedade. Os homens dormiam vestidos e armados, os guardas e as escutas asseguravam a ronda do acampamento e controlavam os movimentos nos espaços circundantes, as «emculcas» desempenhavam de forma mais frenética do que nunca as suas missões de espionagem do vizinho exército inimigo. Encostado a um pinheiro, Vicente Simões confessava a João Pires a sua inquietação. Vicente era tanoeiro (mesteiral, portanto) e fora mobilizado para aquela campanha por ser um dos 13 besteiros do conto atribuídos pela realeza a Aljustrel. Passava, de resto, por ser um especialista na arte do tiro com besta, na qual se exercitava (juntamente com os seus 12 companheiros) todos os domingos, merecendo por isso – há muitos anos – a confiança do anadel daquele lugar. João Pires, pelo seu lado, era um lavrador beirão, cujo coudel o aquantiara de forma a que ficasse obrigado a possuir e a apresentar-se na guerra munido de uma lança e de um escudo, sempre que para tal fosse convocado. A bem dizer, João nem se podia queixar, pois o montante dos seus bens ultrapassava largamente as 50 dobras, facto que, na comarca da Beira (por ser fronteira), o deveria obrigar a manter e a servir na guerra com um cavalo raso. Se assim não acontecia, era apenas porque o coudel da Guarda (mal pago e ávido de recheiar o seu pé de meia)

aceitara – como tantos outros – um pequeno suborno, em troca de uma sub-avaliação descarada dos bens deste aquantiado.

Não teria passado mais de um quarto de hora sobre o início da conversa entre os nossos dois amigos quando deles se aproximou Diogo Lopes Lobo. Homem dos seus trinta e poucos anos, morava em Évora e conhecia por experiência própria as vantagens que a guerra podia proporcionar. De facto, durante as guerras fernandinas, travadas ao longo dos 15 anos anteriores, Diogo Lopes conseguira ser feito escudeiro, em consequência dos serviços bélicos que prestara na região de Vila Viçosa e de Elvas. Agora, estava ali na companhia de um «grande», o vassalo do rei Álvaro Rodrigues Pereira, membro de uma família intimamente ligada à Ordem Militar do Hospital e que recebia anualmente da Coroa uma apetitosa «contia», que o obrigava a servir na hoste régia com um contingente não inferior a 10 «lanças» (nas quais o Lobo se incorporava). Durante vários anos, Diogo Lopes não só estivera presente em vários teatros de guerra como se adestrara também nas artes marciais, entrando em torneios, em justas e em outros jogos, geralmente organizados pela realeza ou por algum grande senhor do reino para abrilhantar uma boda, um baptizado, ou qualquer outra festa mais solene. Fora assim que aprendera a manejar a lança, a espada, a facha e a maça de armas, a cavalo ou a pé, o que, entre outras coisas, lhe permitia aspirar a ser feito cavaleiro por D. João I no decurso da presente campanha. Mais tarde, com um bocado de sorte, e caso melhorasse a sua «folha de serviços» nesta guerra decisiva contra Castela, talvez conseguisse mesmo vir a ser equiparado a vassalo do rei, passando então a auferir da «contia» ou – pelo menos – dos vastos privilégios e isenções inerentes a essa condição. Para já, porém, Diogo Lopes Lobo passava por ali, bem próximo daquele pinheiro encostados ao qual conversavam Vicente Simões e João Pires, no desempenho de uma tarefa bem concreta: controlar o serviço de vela e rolda nocturnas e verificar se as atalaias ordenadas pelo marechal da hoste estavam conveniente e estrategicamente dispostas pelos arredores do arraial.

Com a sua missão praticamente concluída, Diogo Lopes acercou-se então do besteiro do conto e do aquantiado e decidiu partilhar do seu pinheiro, bem como daquela conversa em que – de forma bastante pragmática – se avaliava a situação militar desenhada no terreno e se traçavam cenários acerca das possibilidades de êxito do exército que defendia a causa do recém-eleito D. João I.

Diogo Lopes depressa se apercebeu como os seus dois companheiros de conversa se queixavam das fadigas da jornada. Na

verdade, lembrava Vicente Simões, entre 7 e 12 de Agosto a hoste avançara desde Abrantes, e as etapas dos dois últimos dias (a que ligara Tomar a Ourém, numa distância de 18 Km., e – sobretudo – esta última, de Ourém até Porto de Mós, um percurso de cerca de 28 Km.) tinham sido bastante puxadas. É que, para além da distância, o exército tinha ainda de confrontar-se com as dificuldades resultantes do transporte do trem de apoio (contendo armas, munições e vitualhas) e, de vez em quando, com a travessia de cursos de água, sempre traiçoeiros e arriscados de transpor. Para além disso, acrescentava João Pires limpando nervosamente a sua lança, a escassez de alimentos começava a notar-se: há muito que os géneros que cada um dos guerreiros trouxera consigo de casa tinham sido consumidos e, desta feita, poucos tinham sido os regatões e os almocreves que – beneficiando dos privilégios que para o efeito lhes oferecia o monarca – haviam ousado aproximar-se da hoste, para a servir com boas vitualhas vendidas a preços tabelados. Assim, e apesar da requisição forçada de géneros expressamente ordenada para o efeito pela realeza, escasseavam já a carne, o pão e o vinho, ou seja, os alimentos de primeira necessidade de qualquer exército em trânsito. Para agravar a situação, uma nostalgia inevitável principiava a invadir os corações dos guerreiros mais simples que serviam D. João I naquela campanha: as saudades de casa já apertavam, enquanto crescia o medo de nunca lá regressar, ou de o fazer em sofrimento, para encontrar à chegada as cinzas dos bens erguidos com muito suor e ao longo de várias gerações, os quais os seus adversários castelhanos prometiam ir destruindo pelo caminho. Evidentemente – Diogo Lopes compreendia-o bem – o pessimismo de Vicente Simões e de João Pires entroncava também na consciência de que o exército que se preparavam para enfrentar era extremamente poderoso (falava-se numa coluna castelhana de uns 30 a 40 Km., que demorava mais do que um dia a atravessar cada localidade da sua marcha itinerária!) e vinha, além disso, imbuído de um aguçado espírito de desforra, que a presença de muitos mercenários franceses e bretões no seu seio permitia adivinhar ainda mais impiedosa.

Foi aí que Diogo Lopes Lobo decidiu entrar mais activamente na conversa. Ergueu-se, fitou o besteiro do conto e o aquantiado nos olhos, e deu-lhes então conta do seu optimismo. Segundo o escudeiro eborense, a batalha que se aprestavam para travar era a única forma de evitar o internamento do exército de D. Juan I de Castela no reino, de o impedir de organizar as suas forças a partir da base instalada em Santarém e de lançar a partir daí um novo cerco sobre Lisboa, mais

poderoso e cruel ainda do que o do ano anterior, e a que a capital decerto não resistiria outra vez. E tomada Lisboa, todo o Portugal cairia aos poucos com ela nas mãos dos defensores da causa de D. Beatriz e de seu marido, apoiados por uma apreciável quantidade de nobres e de alcaides portugueses. Assim, o recurso à ordália, ali naquelas paragens em redor de Porto de Mós, era um imperativo militar a que o comando português, apesar do risco, não poderia furtar-se. Decidir-se-ia com isso, é certo, em poucos minutos, a sorte de toda uma campanha. No entanto, e ao contrário do que Vicente Simões e João Pires pensavam, havia motivos para ter confiança num desfecho favorável de uma tal jornada. Em Abril do ano anterior, por exemplo, Diogo Lopes estivera na batalha dos Atoleiros, entre Estremoz e Fronteira. Ali, vira com os seus próprios olhos como um exército com um efectivo limitado mas coeso e convenientemente organizado podia derrotar um adversário mais numeroso e melhor equipado. O segredo haviam-no os chefes militares portugueses (designadamente Nun'Álvares) recolhido da boca dos soldados ingleses que em 1381-82 haviam acompanhado Edmundo de Cambridge a Portugal, para uma mal-sucedida campanha conjunta contra Castela. No essencial, tratava-se de pôr em prática o modelo táctico que os britânicos haviam aprendido e aperfeiçoado durante as guerras que travaram contra os galeses (primeiro) e os escoceses (depois) no extremo final do século XIII e durante as primeiras décadas do século XIV. Ou seja, fazer appear os «homens de armas», tirando depois partido do comprimento das suas longas lanças, solidamente cravadas no terreno e com as pontas aguçadas dirigidas aos peitos dos cavalos inimigos, de forma a derrubar a cavalaria pesada adversária. Esta, prostrada no chão e quase imobilizada pelo próprio peso do seu equipamento, ficava então à mercê das armas brancas da muito mais ligeira peonagem inimiga. Diogo Lopes recordava sobretudo a forma expressiva como, no Verão de 1382, nas margens do rio Caia (onde se aprestavam para enfrentar os castelhanos), um veterano inglês lhe descrevera a estrondosa vitória averbada em 1297, junto à ponte de Stirling, pelos escoceses revoltosos chefiados por William Wallace, contra a arrogante cavalaria pesada inglesa entregue ao comando do conde de Warrenne, representante dos interesses de Eduardo I de Inglaterra³.

3 Visionamento de um extracto do filme "Braveheart", de Mel Gibson, alusivo à batalha de Stirling.

Quando concluiu a sua narrativa da batalha de Stirling, Diogo Lopes Lobo notou que os seus companheiros de conversa o encaravam já de uma outra forma. Entre a surpresa e alguma incredulidade, nos olhos do besteiro Vicente Simões e do aquantiado João Pires brilhava finalmente alguma confiança ou, pelo menos, alguma esperança em que a versatilidade dos homens e a inteligência dos chefes militares lhes proporcionasse um momento de glória semelhante àquele que o escudeiro acabara de lhes descrever. E foi com essa chama na alma que ambos se aninharam para o sono dos justos que a dureza das jornadas que se seguiriam aconselhava. Diogo Lopes, pelo seu lado, sentia-se também ele mais excitado. Era como se os ensinamentos dos grandes tratadistas militares antigos (como Vegécio, o qual de quando em quando ouvia citar) estivessem a ser reactivados e rejuvenescidos. Era como entrar, pela porta do real, no seio do universo das narrativas arturianas, que tantas vezes vira os cavaleiros da Ordem do Hospital ler e recordar com especial animação. Com estes pensamentos, Diogo Lopes afastou-se então dos seus companheiros que já dormitavam, e foi finalmente concluir a tarefa de controlo das velas, das roldas e das atalaias que – naquela noite de 12 de Agosto de 1385 – garantiam a segurança do arraial português em Porto de Mós.

15 de Agosto de 1385. Campo de batalha de S. Jorge. Primeiras horas da madrugada. Devido à sofreguidão com que – na avidez de um saque ou de um resgate mais chorudo – revolviavam os corpos (a maioria deles “já sem alma”) dos castelhanos espalhados pelo terreno, Vicente Simões e João Pires nem sequer perceberam que o companheiro com que acabavam de chocar era o escudeiro Diogo Lopes Lobo. Escudeiro, não. Cavaleiro, isso sim, já que a generosidade de D. João I, na sua intenção de exortar as tropas em devido tempo, lhe proporcionara o almejado rito de passagem, momentos antes do início da batalha. De imediato, veio à memória dos três homens a conversa que, duas noites antes, os reunira à volta de um pinheiro. Afinal, Diogo Lopes sempre tinha razão. O comando militar anglo-português conduziu as operações com inteligência e rigor e conseguira neutralizar a superioridade numérica potencial do exército castelhano e obter uma vitória ainda mais espectacular do que aquela que os escoceses comandados por Wallace haviam averbado em Stirling Bridge. E como é que isso fora possível ?

Em primeiro lugar, no dia 13, logo pela manhã, Nun'Álvares e um vasto grupo de auxiliares (incluindo ingleses e gascões, alguns deles veteranos da Guerra dos Cem Anos) tinham cumprido uma pormenorizada missão de reconhecimento do terreno e do inimigo,

assomando a vários cabeços situados em redor de Porto de Mós. Em consequência dessa observação, haviam acabado por escolher uma excelente posição para barrar o caminho ao adversário, situada bem próximo da confluência do rio Lena com a ribeira da Calvaria, na encosta sobranceira ao local onde D. João I pensava agora mandar edificar o mosteiro de Santa Maria da Vitória. Tratava-se, na verdade, de uma posição praticamente inexpugnável. Situada no extremo norte do dorso de um planalto de poucos quilómetros e relativamente estreito, tinha todos os condimentos recomendados nos livros: era um ponto alto (ao qual apenas se acedia ultrapassando um declive com pouco menos de 10% de inclinação nos últimos 400 metros), estava bem defendido à frente e dos lados pelas linhas de água que confluíam para o rio Lena, e – ficando de rosto para Leiria – obrigava os adversários que daqui provinham a receber de frente o sol, o vento e o pó!

Assim, no dia 14, logo pela manhã, o exército de D. João I tinha-se deslocado de Porto de Mós para aquele local do planalto de S. Jorge e ocupara a posição previamente escolhida. Como seria de esperar, a fortaleza desta posição não passou despercebida aos batedores do exército castelhano que, no final da manhã, alcançaram as proximidades do lugar. Por isso, a testa da coluna invasora depressa se afastou da estrada romana em que marchava, optando por tornear a posição portuguesa pelo lado do mar, até reencontrar – após um longo corta-mato – a velha estrada e estacionar numa ampla esplanada situada junto ao lugar de Chão da Feira. Nessa altura porém, já o exército anglo-português (porventura prevendo a marcha torneante do adversário) mudara de posição, deslocando-se uns 2 Km. para sul e invertendo a sua ordem de batalha, para ficar de frente para o inimigo (ou seja, de costas para Leiria).

Do ponto de vista táctico, os dados estavam então praticamente todos lançados. A hoste do rei de Castela (que aliás viajava doente, de liteira, há mais de 15 dias), confiante na sua superioridade numérica, convencida de ter feito o adversário deslocar-se para uma posição de recurso e pouco disposta a trazer sempre na sua peugada (até Santarém-Lisboa) um adversário que assim lhe cortaria com facilidade as linhas de comunicação e de abastecimento, ponderava com optimismo a hipótese de um ataque em força, que liquidasse de vez as pretensões daquele a quem continuava depreciativamente a chamar de Mestre de Avis. Enquanto isso, o exército anglo-português tirava o máximo partido da nova posição que ocupava no terreno, a qual só aparentemente se poderia considerar frágil: na verdade, a hoste de D.

João I, virada para sul, estava agora implantada numa zona de estrangulamento natural do planalto de S. Jorge, apresentando uma frente que não teria muito mais de 300 metros. Para além disso, achava-se bordejada, a nascente e a poente, por duas linhas de água (afluentes do ribeiro da Calvaria), que coincidiam com outras tantas depressões do terreno, suficientemente pronunciadas para dificultar, ou mesmo impedir, não só o tradicional envolvimento pelos flancos, como a própria entrada em combate das alas que os castelhanos viessem a formar. Finalmente, a longa e vagarosa marcha torneante levada a cabo pelo exército do rei de Castela dera tempo à hoste anglo-portuguesa para efectuar (ou completar) uma série de trabalhos de fortificação acessória no terreno, os quais visavam – a exemplo do que era prática habitual dos ingleses na guerra coeva – reforçar a protecção dos flancos, afinar o acesso frontal à vanguarda portuguesa e criar dificuldades ao avanço castelhano. Por isso, derrubaram-se árvores cujos troncos foram ardidamente empilhados, rasgaram-se fossos e cavaram-se covas-de-lobo, para embaraçar o avanço dos «homens de armas» inimigos e para proteger as partes mais expostas e sensíveis. Depois, cobriu-se todo este dispositivo com ervas e ramagens, para o ocultar o mais possível. Por fim, a hoste de D. João I distribuiu-se da maneira mais adequada à refrega que se avizinhava. Ou seja, desenhou-se no terreno uma figura que só vagamente se assemelhava a um quadrado, com umas orelhas muito pronunciadas (correspondentes ao avanço das alas) recortando uma vanguarda (desmontada) um pouco côncava e apoiada, 200 ou 300 metros mais atrás, pela retaguarda ou reserva (também ela apeada).

Quer dizer, apesar de terem assumido nesta campanha uma postura *estratégica* deliberadamente ofensiva, visando seduzir ou forçar o adversário a dar batalha, os portugueses acabaram por adoptar no combate uma *táctica* tipicamente defensiva. À boa maneira inglesa, a hoste de D. João I preparara-se assim para tirar partido da eficácia dos seus besteiros e (sobretudo) dos arqueiros ingleses (talvez em número de umas três centenas), a quem competiria fazer um fogo cruzado nos últimos 200 metros do avanço inimigo (que se esperava progressivo e lento, retardado pela estreiteza da frente de combate e pelos obstáculos existentes no campo de batalha); depois, competiria à vanguarda dos «homens de armas» de Nun'Álvares aguentar o choque, avançando vagarosamente aquando da investida inimiga e parando no momento do contacto, de forma a prender, com quanta força pudessem, as suas compridas lanças nos relevos das armaduras castelhanas. Caso a vanguarda cedesse (como de facto cedeu), caberia

às alas rodar e encerrar o inimigo numa espécie de bolsa, contando também para isso com o avanço da retaguarda comandada pelo próprio monarca português. Completar-se-ia desta forma a manobra clássica da *tesoura* ou *tenaz*, largamente descrita pelos tratadistas militares antigos e medievais.

Ora, foi justamente este tipo de procedimento tático que permitiu que às primeiras horas de domingo, 15 de Agosto, ainda na excitação da vitória e na ânsia da captura dos despojos, Vicente Simões, João Pires e Diogo Lopes Lobo pudessem recordar a sua conversa de há duas noites atrás, e a completassem com a recordação da memorável vitória que acabavam de obter, num combate cuja duração deve ter sido inferior a uma hora. Naturalmente, naquela agitação, cada qual recordava os aspectos da batalha que mais o haviam impressionado. Para o lanceiro beirão, o mais importante tinha sido sentir a presença a seu lado, igualmente apeados (coisa rara!), dos principais «homens de armas» da hoste, dispostos a vencer ou a morrer com ele naquele fim de tarde de 14 de Agosto. Já Vicente Simões, besteiro do conto, pasmara sobretudo com a perícia dos arqueiros ingleses, cuja arma (o famoso «long-bow», originário do sul de Gales) apresentava uma potência excepcional para o género e uma cadência de tiro muito superior à da besta que ele próprio tanto se orgulhava de manejar com maestria (cerca de 12 contra uns 4 tiros por minuto). Diogo Lopes, pelo seu lado, deliciava-se a recordar a forma como o comando anglo-português armadilhara o terreno, afunilando a entrada no campo de batalha e obrigando assim as alas castelhanas a ficar de fora do combate. É que, desta maneira., aquilo que poderia ter sido uma dramática inferioridade de 1 para 3 homens, tonara-se afinal, no momento da peleja, numa provável superioridade numérica a favor do exército de D. João I. Esta surpresa, de resto, provocara um espectacular efeito de pânico entre a hoste atacante, fazendo com que os guerreiros que ainda conseguiram romper a vanguarda de Nun'Álvares acabassem por ser literalmente comprimidos e asfixiados praticamente sem combater e sem beneficiar de qualquer socorro por parte das suas linhas mais atrasadas, boa parte delas ainda em formação à hora (aliás tardia) a que se deu a primeira investida.

Como se vê, a conversa ia boa entre os três companheiros, mas não pôde prolongar-se. É que depressa chegou até eles uma ordenança do marechal da hoste, com instruções para que se suspendesse o saque e se fosse assegurar a defesa e mesmo a fortificação do arraial. De facto, a aurora deixara a descoberto a extensão da vitória anglo-portuguesa, mas nada garantia que o exército castelhano, tendo em

conta o elevadíssimo número dos seus efectivos que não tinha sequer chegado a participar no combate, não tivesse – pelo menos em parte – reagrupado nas imediações e preparasse uma nova investida. As ordens do monarca eram, portanto, muito claras: de acordo com o direito militar coevo, havia que permanecer três dias no campo de batalha, para tornar público e notório o triunfo da hoste régia. Mas, para isso, havia que tomar imediatamente inúmeras cautelas: desde logo, convinha fortificar o arraial para prevenir qualquer surpresa. Até porque a batalha acabara por se ferir ao fim da tarde e a perseguição ao exército castelhano fora praticamente nula, em resultado do cair da noite e dos riscos que uma tal acção sempre envolvia. É certo que chegavam já notícias de que corpos muito volumosos do exército inimigo em fuga continuavam a ser chacinados nas imediações do campo de S. Jorge (na ponte da Chiqueda e nas povoações vizinhas de Aljubarrota e de Vale Vazim, sobretudo). No entanto, sabia-se também que um elevado contingente montado, chefiado pelo Mestre de Alcântara, atacara ainda, por volta da meia-noite, a *carriagem* portuguesa, estacionada um pouco a norte da retaguarda de D. João I. Por isso, todos os cuidados eram poucos. Além do mais, a interrupção do saque (autorizado pelo facto de o comando da hoste ter abdicado da quinta parte do despojo, que por direito e tradição lhe pertencia) justificava-se também pelo facto de irem ter início as celebrações religiosas comemorativas da grandeza da vitória que acabara de alcançar-se. Nun' Álvares até já falava em mandar erguer uma pequena capela em honra da Virgem Maria, justamente no local onde combatera a vanguarda portuguesa.

Nestas circunstâncias, o besteiro do conto Vicente Simões, o aquantiado João Pires e o escudeiro-cavaleiro Diogo Lopes Lobo acabaram por despedir-se apressadamente uns dos outros e foram ajudar a cumprir as tarefas que pertenciam a cada uma das *capitanias* em que se achavam integrados. No espírito de todos eles seguia contudo, bem presente, o desejo de que a memória dos homens (ou seja, a dos cronistas da época) conservasse bem viva a história daquela aventura. Até porque o modelo táctico que lhes permitira obter um êxito daquelas proporções continuaria a praticar-se com sucesso ainda durante várias décadas. Que o digam os ingleses de Henrique V e os franceses dos duques de Orleães, de Bav e de Aleçon e de outros condes e príncipes famosos da coroa da flor-de-lis, que entre si travaram, nas imediações de Azincourt, em 24 de Outubro de 1415 (o ano em que uma vasta armada portuguesa partiu à conquista de

Ceuta), uma das mais espectaculares batalhas da Guerra dos Cem Anos⁴.

Aos que escutaram esta história gostaria, finalmente, o respectivo Narrador de recordar que os vestígios do que acabámos de lembrar ter-se passado em Aljubarrota se conservam ainda hoje no terreno. E (embora ainda muito incompletamente explorados) constituem uma das pegadas mais belas que a arte militar medieval deixou em todo o Ocidente europeu. Ali, poucas centenas de metros acima do mosteiro da Batalha, existe – para quem viaja no sentido Porto/Lisboa – uma cortada à esquerda na Estrada Nacional n.º 1, que vos conduz ao campo de batalha de S. Jorge. No local (aliás óptimo para uma tranquila merenda) encontra-se desenhado, nas suas linhas gerais, o traçado do dispositivo utilizado pelo exército anglo-português naquele fim de tarde de 14 de Agosto de 1385. Lá está também a indicação dos fossos e das covas-de-lobo que (passe a falta de patriotismo) asseguraram (em combinação com a firmeza dos lanceiros apeados e a perícia dos arqueiros) a *débaçle* do exército castelhano. E pode ainda visitar-se a tal capela que, em 1393, se viria a erguer no local onde esvoaçou a bandeira do condestável da nossa hoste. E até um pequeno mas belo Museu, em cujo pavimento superior (o piso térreo é dedicado à história da Crise de 1383-85, aliás já a pedir alguma actualização) se pode usufruir de uma enorme maqueta da batalha, cheia de luzes e de explicações, para além de um contacto directo e que não deixa de ser sempre impressionante com as armas (e mesmo as tácticas) utilizadas na época.

O campo de S. Jorge é, portanto, uma pequena jóia da coroa da nossa memória colectiva. Conhecê-lo (o que acontece com muitíssimo pouca gente), dá-lo a conhecer aos amigos, aos colegas e aos jovens é, por isso, simultaneamente um prazer e um proveito. Naquela nesga de terreno se podem, afinal, reunir as vertentes científica e pedagógica que inspiraram esta palestra. Em nome do que a Universidade pode fazer de útil e de instrutivo para quem se dedica ao estudo e ao ensino da História. Fica aqui o desafio. Para que conste. E, para o efeito, contem sempre comigo. E, pois claro, também com os meus companheiros, Vicente Simões, João Pires e Diogo Lopes Lobo, que aqui agradecem também a atenção com que seguiram a nossa aventura. Bem-hajam todos pela vossa presença.

4 Visionamento de um extracto do filme “*Henry V*”, de Lawrence Olivier, alusivo à batalha de Azincourt.